

Relatoria do Evento — Brasil e Estados Unidos: Insights do Núcleo da Política de Washington

Data: 4 de fevereiro, 2026

SUMÁRIO EXECUTIVO

- A relação Brasil-EUA permanece estratégica, com impactos diretos das decisões tomadas em Washington sobre comércio, investimentos, energia, meio ambiente e segurança.
- O contexto internacional é marcado por competição geopolítica, fragmentação regional e ausência de agendas latino-americanas coesas, o que amplia o peso da política externa norte-americana no continente.
- A política externa dos EUA sob Trump é fortemente condicionada por imperativos domésticos, inflação, imigração e combate às drogas sintéticas, especialmente o fentanil, o que confere à América Latina um caráter de prioridade funcional. A região é tratada menos como espaço de formulação estratégica de longo prazo e mais como variável instrumental para responder a pressões internas, com ênfase em resultados rápidos e politicamente comunicáveis.
- A National Security Strategy reafirma a centralidade do Hemisfério Ocidental na arquitetura de segurança dos EUA, entendida como espaço prioritário para controle de fluxos migratórios, contenção de ameaças transnacionais, proteção de cadeias estratégicas e prevenção da presença de potências extra-hemisféricas, mas foi avaliada como excessivamente genérica. Na prática, a atuação dos EUA tem sido predominantemente reativa, pragmática e baseada em instrumentos de pressão seletiva.
- A Venezuela foi apontada como o caso paradigmático dessa estratégia, considerada bem-sucedida por Washington em termos de objetivos políticos imediatos, mas com efeitos colaterais relevantes tanto para a estabilidade regional quanto para a percepção de soberania interna e externa dos Estados latino-americanos.

- Os EUA têm empregado de forma recorrente mecanismos de coerção política, econômica e institucional em países como México, Argentina, Honduras e Panamá, obtendo ganhos imediatos, mas corroendo sua influência no longo prazo.
- A presença da China constitui o principal fator estrutural do contexto atual. Embora a *National Security Strategy* não atribua centralidade explícita à América Latina no âmbito da competição com Pequim, o peso real da China no continente, como principal parceiro comercial de diversos países e financiador relevante de infraestrutura, contrasta com essa formulação. A ausência de uma estratégia econômica norte-americana consistente para a região impõe limites objetivos à sua capacidade de competição.
- O Brasil ocupa posição singular, com maior capacidade de resistência a pressões externas, sustentada por seu peso econômico, institucional e diplomático, desde que mantida a estabilidade interna.
- O interesse dos EUA no Brasil é seletivo e concentrado, com destaque para minerais críticos, em um contexto de vulnerabilidade norte-americana em cadeias estratégicas.
- A relação bilateral tende a se estruturar de forma pragmática e transacional, tornando improvável qualquer alinhamento automático e reforçando a importância da autonomia estratégica brasileira.

CONTEXTO

A relação entre Brasil e Estados Unidos segue como uma das mais relevantes do Hemisfério Ocidental, tanto pelo peso econômico e político de ambos os países quanto pelo impacto direto das dinâmicas decisórias de Washington sobre temas sensíveis para o Brasil, como comércio, investimentos, energia e política ambiental. A atuação do Congresso, do Poder Executivo, de *think tanks* e de outros atores institucionais norte-americanos molda a política externa dos Estados Unidos e afeta, de forma direta ou indireta, as opções estratégicas brasileiras.

Nesse cenário, o ambiente internacional contemporâneo é marcado pela intensificação da competição geopolítica, por transformações estruturais na economia global, pelo agravamento da agenda climática e por debates recorrentes sobre governança democrática e segurança regional. Nesse contexto, decisões tomadas em Washington adquirem peso adicional, especialmente no continente americano, onde os Estados Unidos têm reafirmado interesses estratégicos históricos.

A nova *National Security Strategy* reflete esse movimento ao reiterar a centralidade do Hemisfério Ocidental para a segurança e a prosperidade norte-americanas. O documento expressa mais a visão da equipe do presidente Trump do que uma estratégia pessoalmente articulada por ele, permanecendo genérico em seus objetivos para a região. Na prática, a condução da política

externa tem sido marcada por uma atuação reativa e pragmática, voltada à obtenção de resultados imediatos. A crise venezuelana foi apontada como o exemplo mais claro desse padrão de atuação, tanto pelos instrumentos mobilizados quanto pelas prioridades estabelecidas.

Para o Brasil, esse debate ocorre em um momento particularmente sensível, considerando não apenas a proximidade das eleições presidenciais de 2026, mas também a atual fragmentação regional. A fragmentação ideológica na América Latina, com a presença de governos de esquerda e de direita, dificulta a construção de agendas regionais coesas e amplia o peso das decisões tomadas em Washington. Nesse quadro, compreender as tendências do processo decisório norte-americano torna-se essencial para avaliar riscos, oportunidades e margens de manobra da política externa brasileira.

A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA E A AMÉRICA LATINA NO GOVERNO TRUMP

A política externa dos Estados Unidos sob a administração de Trump tem sido fortemente condicionada por imperativos da política doméstica. Em 2024, sua reeleição esteve diretamente associada à promessa de conter a inflação, a imigração irregular e o tráfico de drogas, temas nos quais a América Latina é percebida como parte central da discussão. Portanto, a prioridade dada à região responde menos a uma visão estratégica de longo prazo e mais à necessidade de demonstrar capacidade de entrega de resultados ao eleitorado norte-americano.

Essa lógica se reflete em uma recalibragem da atuação internacional dos Estados Unidos, marcada por maior assertividade na defesa de interesses nacionais e pelo uso de instrumentos diretos e transacionais. Embora a rivalidade com a China permaneça relevante, houve consenso de que, neste momento, ela não constitui o principal eixo estruturante da política externa da administração, ficando subordinada às dinâmicas domésticas.

Nesse contexto, a América Latina ganhou destaque inédito na agenda da Casa Branca. Caracterizou-se o momento atual como o de maior ativismo norte-americano na região desde o período Reagan, possivelmente desde a administração Kennedy. A atuação tem se baseado no uso recorrente de pressão política, econômica e diplomática, com resultados considerados positivos do ponto de vista de Washington. A operação na Venezuela foi descrita como um “sucesso” pela Casa Branca, tanto por seus baixos custos econômicos quanto por seus efeitos domésticos e regionais, o que teria encorajado uma postura ainda mais assertiva.

Essa lógica de atuação estendeu-se a outros países da região, como no México, onde se observa o aprofundamento da cooperação bilateral, sobretudo nos temas migratórios e de combate ao narcotráfico. Em casos como Argentina, Honduras e Panamá, a influência norte-americana manifestou-se por meio de

instrumentos financeiros, políticos e institucionais, reforçando uma política externa pragmática e orientada por resultados de curto prazo.

Ao mesmo tempo, destacou-se que essa estratégia, aplicada sobretudo a países mais frágeis institucional e economicamente, tende a gerar efeitos negativos no médio e longo prazo, corroendo a credibilidade e a influência estrutural dos Estados Unidos na região. Nesse ponto, mencionou-se a presença crescente da China, cujo *modus operandi* mais gradual e menos coercitivo, baseado em comércio, investimentos e financiamento de infraestrutura, tem se mostrado atrativo para economias vulneráveis. A abordagem chinesa, frequentemente descrita como mais “soft” e pragmática, tem ampliado seu espaço relativo em países que buscam alternativas à pressão direta norte-americana.

A COERÇÃO COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA DOS EUA NA AMÉRICA LATINA

Embora o governo venezuelano permaneça formalmente chavista, o país passou a operar sob forte tutela de Washington. Algumas análises caracterizaram a situação como a de um “protetorado americano”, enquanto outras descreveram a remoção de Nicolás Maduro como um “sequestro” motivado pelo controle do petróleo, associado a uma lógica colonial. Independentemente da interpretação, a operação consolidou-se como referência para a política regional atual dos Estados Unidos.

Dinâmicas semelhantes foram observadas em outros contextos. No México, a política coercitiva contribuiu para níveis inéditos de cooperação bilateral. Na Argentina e em Honduras, instrumentos financeiros e pressões políticas foram apontados como fatores relevantes na conformação de dinâmicas eleitorais recentes. No Panamá, a atuação norte-americana resultou na retirada de interesses chineses de áreas estratégicas associadas ao Canal, evidenciando a disposição de Washington em conter a presença chinesa na infraestrutura crítica do continente.

Essas ações, embora eficazes no curto prazo, tendem a gerar efeitos colaterais relevantes, como o aumento da percepção de vulnerabilidade regional, o fortalecimento de preocupações sobre o respeito à soberania dos países e a reativação de desconfianças estratégicas. Destacou-se, também, uma mudança na percepção estratégica das Forças Armadas brasileiras, que predominantemente visavam a cooperação com os EUA e que agora, pós-operação na Venezuela, reacende uma desconfiança histórica em relação às ambições americanas na Amazônia e no Atlântico Sul.

ESTADOS UNIDOS, CHINA E A DISPUTA POR INFLUÊNCIA NA REGIÃO

A presença crescente da China na América Latina constitui um dos principais fatores que diferenciam o contexto atual de fases anteriores da política

hemisférica dos Estados Unidos. Diferentemente da União Soviética durante a Guerra Fria, cuja projeção econômica era limitada, a China ocupa hoje posição central no comércio internacional, nas cadeias globais de valor e no financiamento ao desenvolvimento, sendo a principal parceira comercial de diversos países da região.

Essa realidade impõe limites claros à atuação norte-americana. A centralidade da China como mercado das *commodities* latino-americanas restringe a capacidade dos Estados Unidos de oferecer alternativas econômicas viáveis, enquanto a ausência de uma estratégia consistente de desenvolvimento regional tende a aprofundar, no médio e longo prazo, a aproximação da América Latina com Pequim.

Nesse sentido, erros e limitações estratégicas da administração Trump ampliaram o espaço de projeção chinesa e fomentaram a percepção do presidente norte-americano como um facilitador involuntário da presença chinesa na região. Ainda assim, os Estados Unidos seguem recorrendo a ações seletivas de contenção da China na América Latina, direcionadas a governos e setores considerados sensíveis, combinando pressões políticas e instrumentos regulatórios.

Além disso, a disputa por influência ocorre em um ambiente regional heterogêneo. Em diversos países, preocupações com segurança têm superado reações históricas ao chamado “imperialismo norte-americano”, o que ajuda a explicar o apoio regional parcial à operação na Venezuela. Ao mesmo tempo, questionou-se se a perda de influência dos Estados Unidos em favor da China seria automática, dada a volatilidade política da região.

IMPLICAÇÕES PARA O BRASIL

O cenário atual coloca o Brasil em uma posição complexa, porém com margens de manobra distintas de outros países da região.

- **Interesse Seletivo dos EUA:** Washington tem atenção crescente, mas focada em interesses específicos. O principal deles é um acordo sobre minerais críticos, tema que ganhou urgência estratégica após ameaças chinesas de cortar o fornecimento desses insumos aos Estados Unidos, especialmente terras raras e minerais essenciais à indústria tecnológica e de defesa norte-americana. O Brasil, nesse contexto, surge como potencial parceiro alternativo.
- **Impacto do Tarifaço:** A imposição de tarifas adicionais sobre produtos brasileiros, o chamado “tarifaço”, representou momento de tensão bilateral, com efeitos econômicos e repercussão política interna nos Estados Unidos, especialmente pelo potencial impacto inflacionário em setores como alimentos. Parte das medidas foi posteriormente revista ou flexibilizada, restando um percentual residual ainda sob negociação

bilateral. O episódio evidenciou tanto a disposição coercitiva inicial da Casa Branca quanto os limites práticos dessa estratégia diante de custos domésticos.

- **Resiliência Relativa:** O Brasil possui capacidade de resistência superior, sustentada por seu peso econômico, institucional e diplomático. A estabilidade econômica atual (crescimento modesto, inflação controlada) é um pilar desta resiliência. Avaliou-se que a aposta de Trump em uma reeleição de Jair Bolsonaro não se sustentou politicamente, levando a um recuo nas pressões sobre o Brasil.
- **Posição Sensível na Rivalidade EUA-China:** O Brasil está “no topo da lista” de prioridades da China na América Latina, sendo sua principal parceira comercial desde 2009. A profundidade da relação econômica sino-brasileira estabelece limites objetivos para qualquer pressão norte-americana.
- **Impossibilidade de Alinhamento Automático:** Experiências recentes demonstraram que mesmo durante o governo Bolsonaro, ideologicamente alinhado à Casa Branca no primeiro mandato de Trump, não houve alinhamento irrestrito. Fatores estruturais, como os interesses do setor empresarial exportador, o papel moderador do Congresso Nacional e a tradição diplomática do Itamaraty, atuaram como contrapesos institucionais. Isso sugere que qualquer governo brasileiro, independentemente de sua orientação ideológica, tende a operar dentro de balizas pragmáticas.
- **Pragmatismo na Condução Bilateral:** A relação Lula-Trump foi descrita como “pragmática” e “cristalina”. Ambos entendem as críticas mútuas, mas focam na gestão de interesses concretos, mantendo um canal direto e funcional.

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

1. **Aprofundar o Monitoramento da Política Doméstica Norte-Americana:** A política externa dos EUA é movida por dinâmicas internas. É crucial ir além da análise presidencial e monitorar atores no Congresso, em *think tanks*, na burocracia estatal (Departamento de Estado, Departamento de Defesa) e em grupos de interesse que influenciam a agenda para a América Latina, especialmente em temas como comércio, segurança e mineração.
2. **Desenvolver Cenários para os Limites da Política Trump:** Identificar e analisar os pontos de pressão doméstica que podem impor limites à assertividade da administração Trump, como a inflação, o custo de políticas tarifárias, a reação do eleitorado a investidas militares fora do país (ex.: episódio da Groenlândia) e as eleições legislativas de *midterm*.
3. **Concentrar a Diplomacia Brasileira em Interesses Concretos e Setoriais:** A relação bilateral demonstrou ser mais produtiva quando focada em agendas pragmáticas. O Brasil deve priorizar a negociação de

acordos setoriais concretos, especialmente na área de minerais críticos e terras raras, onde há demanda urgente dos EUA e o Brasil possui vantagens. Paralelamente, é essencial proteger os interesses comerciais com a China e prezar pela diversificação de parceiros.

4. **Investir em Estudos sobre Autonomia Estratégica e Capacitação de Defesa:** Recomenda-se produzir análises aprofundadas sobre as necessidades de modernização das Forças Armadas brasileiras, diversificação na aquisição de tecnologia de defesa e o desenvolvimento de capacidades dissuasórias, prezando pela defesa da soberania e dos recursos naturais.
5. **Criar Fóruns de Diálogo sobre a Governança de Infraestrutura Crítica e Investimentos Estrangeiros:** Dada a preocupação dos EUA com a presença chinesa em portos, redes elétricas e outras infraestruturas consideradas críticas, sugere-se a promoção de debates técnicos que ajudem a formular uma política brasileira clara, transparente e soberana para a regulação de investimentos estrangeiros em setores estratégicos.
6. **Adotar uma Estratégia Regional Pragmática e Setorial:** Reconhecendo a fragmentação política da América Latina, a ação regional do Brasil deve ultrapassar as expectativas de liderança ampla e buscar coalizões flexíveis e por tema (ex.: comércio, meio ambiente, saúde pública), inclusive com governos declaradamente alinhados a Washington, sem renunciar a seus princípios.
7. **Fortalecer a Comunicação Estratégica sobre os Interesses Nacionais:** É necessário traduzir a complexa dinâmica da política externa para o setor privado, o Congresso Nacional e a opinião pública, explicando os riscos de uma política externa predatória por parte dos EUA e as oportunidades de uma postura pragmática e autônoma, que defenda os interesses econômicos e de desenvolvimento do Brasil.